

ECONOMIA GLOBALIZADA E A ESCOLA AUSTRÍACA

Uma breve análise sobre a regulação no comércio internacional

Laura Verdan Bitencourt, Ester Pires Carvalho, Fernanda Maura Souza de Oliveira

Graduandas em Relações Econômicas Internacionais – UFMG

Resumo:

A Escola Austríaca, com base no liberalismo clássico, defende a liberdade econômica e a mínima intervenção estatal, destacando o subjetivismo na teoria do valor e o individualismo metodológico. Na esfera do comércio internacional, enfatiza a alocação eficiente de recursos através do livre mercado, criticando as intervenções governamentais. No entanto, crises financeiras, como as de 2008 e a pandemia de COVID-19, revelam as limitações dessa abordagem para garantir estabilidade global e direitos trabalhistas e ambientais. A ausência de regulação pode causar práticas desleais, monopólios e desigualdades, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre liberdade de mercado e intervenções regulatórias para mitigar crises e promover sustentabilidade e justiça econômica.

Palavras-chave: Escola Austríaca; Livre Mercado; Subjetivismo; Comércio Internacional; Regulação Econômica

Abstract:

The Austrian School, grounded in classical liberalism, advocates for economic freedom and minimal state intervention, highlighting subjectivism in value theory and methodological individualism. In the realm of international trade, it emphasizes the efficient allocation of resources through free markets, criticizing government interventions. However, financial crises, such as those of 2008 and the COVID-19 pandemic, reveal the limitations of this approach in ensuring global stability and labor and environmental rights. The absence of regulation can lead to unfair practices, monopolies, and inequalities, underscoring the need for a balance between market freedom and regulatory interventions to mitigate crises and promote sustainability and economic justice.

Keywords: Austrian School; Free Market; Subjectivism; International Trade; Economic Regulation

Introdução

A Escola Austríaca forma um dos pilares da construção e compreensão da ciência econômica, fortemente marcada pelos princípios do liberalismo clássico, defendendo a liberdade individual, propriedade privada e um papel limitado do governo na economia. Argumenta-se que a intervenção governamental geralmente resulta em distorções e efeitos negativos, enfatizando a importância da liberdade econômica para o florescimento da sociedade. Menger, Mises e Hayek formam os principais expoentes da Escola Austríaca, tendo Menger como o fundador da escola ao constatar discrepâncias entre a teoria econômica dos preços e a visão do próprio mercado sobre o tema. É possível fazer associações às suas diferentes epistemologias, “no caso de Menger denominaremos sua visão de ‘naturalista’, Mises representa o ‘racionalismo’ e Hayek adere ao que poderíamos chamar de ‘subjetivismo evolucionista’.” (Feijó, 2000, p.12).

A partir dessa classificação é possível estabelecer a existência de heterogeneidades dentro da própria tradição da Escola, e como outros princípios para além do liberalismo econômico formam seu arcabouço teórico. O subjetivismo, um princípio central, destaca que o valor e a utilidade são subjetivos, variando de acordo com as preferências individuais. Contrariando a teoria do valor-trabalho, a Escola Austríaca argumenta que o valor de um bem é baseado na utilidade percebida pelos indivíduos, introduzindo assim um elemento subjetivo importante na análise econômica. Aqui se destacam Mises e Hayek, dando ênfase - respectivamente - ao subjetivismo do agente e da teoria em si (Feijó, 2000).

A Teoria do Valor estipulada pelos austríacos estaria intrinsecamente ligada a esse princípio do subjetivismo, e abraça a teoria do valor subjetivo, rompendo com a visão clássica do valor-trabalho. O valor é um bem diretamente ligado à sua utilidade subjetiva, refletindo as escolhas e as percepções individuais em vez de uma métrica objetiva como o trabalho incorporado.

Na base da Escola Austríaca também está o individualismo metodológico, uma abordagem que enfatiza a análise das ações individuais dos agentes econômicos. Esta perspectiva rejeita a simplificação por meio de agregados metodológicos estatísticos, defendendo que a economia é melhor compreendida quando se examinam as escolhas racionais dos indivíduos.

Outro ponto de ruptura com as teorias clássicas é a Teoria do Capital. Para a Escola Austríaca o capital seria um processo temporal, não meramente uma acumulação de bens materiais, em vez de se concentrar apenas nos bens físicos, os austríacos consideram o capital como conjunto de bens e serviços que passam por estágios específicos de produção ao longo do tempo. Para além da natureza do

capital, a eficiência na alocação de recursos e investimentos e as estruturas e ciclos de produção são cruciais para a garantia do crescimento econômico.

A teoria austriaca destaca o papel central da taxa de juros nessa “alocação eficiente” de recursos, trabalhada na Teoria do Capital como uma taxa de juros que reflete as preferências temporais dos indivíduos, considerada essencial para orientar as decisões de investimento e equilibrar a oferta e demanda de bens presentes e futuros. Distorções na oferta de dinheiro e crédito causadas por intervenções governamentais no sistema financeiro seriam causas das flutuações econômicas de expansão e contração dos ciclos econômicos.

Essa flutuação nos ciclos econômicos é explicada pela Teoria dos Ciclos Econômicos na Escola Austriaca. Intervenções no sistema monetário e bancário, especialmente taxas de juros artificialmente baixas, podem levar a uma descoordenação na alocação de capital. Isso, por sua vez, pode contribuir para os ciclos econômicos nos quais há expansões e contrações anormais na atividade econômica.

Em conjunto, esses princípios formam o arcabouço conceitual da Escola Austriaca de Economia, uma tradição que rompe com os paradigmas da ortodoxia clássica e oferece uma perspectiva única sobre os mecanismos subjacentes da atividade econômica e as bases de uma sociedade produtiva.

Comércio e Interações internacionais

A assimetria no comércio internacional é uma consequência direta da especialização do trabalho e da produção, conforme delineado nos princípios da economia clássica. Adam Smith enfatiza que o indivíduo é o agente mais adequado para alocar recursos de forma a maximizar a riqueza. Nesse processo, a diferença entre os preços domésticos e internacionais é determinante, pois influencia a decisão de exportar ou importar bens. De acordo com os princípios liberais de Smith, o comércio internacional se organiza com base nas vantagens de custo de produção e na livre concorrência, o que promove uma alocação eficiente dos recursos a nível global.

No entanto, David Ricardo introduz uma perspectiva distinta, ao afirmar que as vantagens comparativas, e não as absolutas, são as que realmente impulsionam o comércio internacional. Sua análise vai além dos custos de produção, destacando que cada país deve se especializar na produção de bens em que possui menor custo relativo, mesmo que não seja o mais eficiente em termos absolutos (Moreira, 2012).

A teoria neoclássica, ao aprofundar essa abordagem, formula hipóteses a partir dos conceitos clássicos supracitados, buscando explicar o funcionamento do mercado internacional de maneira mais detalhada. A crítica central à teoria ricardiana é a necessidade de compreender as origens das vantagens comparativas. Nesse sentido, a dotação de fatores produtivos, como terra, capital e trabalho, torna-se um elemento-chave para determinar a estrutura produtiva de um país, assim como seu perfil de exportação e importação (Moreira, 2012).

Dentro deste quadro teórico, o padrão de comércio entre as nações está condicionado à disponibilidade relativa de fatores de produção e à capacidade de gerar economias de escala. Os argumentos que legitimam o livre-comércio estão fundamentados em premissas de concorrência perfeita nos mercados de fatores, funções de produção semelhantes entre os países, rendimentos constantes de escala, mobilidade livre dos fatores entre setores produtivos e homogeneidade dos produtos comercializados. Assim, países com abundância em terra fértil, por exemplo, tendem a se especializar na exportação de bens agrícolas, enquanto países com mão de obra abundante focam na produção de bens manufaturados. Essa especialização gera uma troca de fatores de produção e, em tese, contribui para a equalização dos preços dos fatores nos mercados globais, promovendo um comércio internacional harmonioso e mutuamente benéfico (Moreira, 2012).

Sob a perspectiva clássica, o comércio internacional impacta diretamente a alocação de recursos, preços e quantidades, gerando ganhos para todos os participantes. Idealmente, o Estado não deve atuar como um agente interferente no mercado, mas sim como uma plataforma que provê os meios de produção e reflete as assimetrias presentes no mercado internacional enquanto os fatores de produção ainda não estão equalizados.

Inegavelmente, o pensamento neoclássico de Adam Smith e David Ricardo influenciou a formulação teórica da Escola Austríaca em suas discussões sobre o comércio internacional. Essa influência é evidente na ênfase dos austríacos no livre mercado e na promoção da concorrência irrestrita, considerados fundamentais para o funcionamento ideal do comércio global. Os economistas da Escola Austríaca deram grande importância a esses princípios, reforçando a ideia de que o mercado, quando deixado livre para se autorregular, é capaz de maximizar o bem-estar econômico de todas as partes envolvidas.

A Escola Austríaca destaca que o livre comércio permite uma alocação mais eficiente de recursos, pois os mercados são capazes de ajustar os preços de acordo com as preferências e escassez percebidas pelos indivíduos. Dessa forma, eles argumentaram a favor da remoção de barreiras comerciais, como tarifas e quotas,

entre os países. Isso permitiria que os recursos fluíssem para onde são mais valorizados, resultando em benefícios econômicos mútuos.

Os austriacos teceram também uma intensa crítica ao envolvimento do governo na economia. Intelectuais e estudiosos pertencentes a essa escola de pensamento deliberaram extensivamente sobre os efeitos prejudiciais de várias intervenções governamentais, que incluem, mas não se limitam a, subsídios e regulamentações excessivas. Essas intervenções, eles argumentam, têm o potencial de distorcer os sinais essenciais dos quais o mercado depende para funcionar de maneira ideal, resultando em alocações ineficientes de recursos.

Ainda nas discussões sobre Comércio Internacional, é importante ressaltar a relação das negociações comerciais internacionais com o Individualismo Metodológico, postulado pelos austriacos. Aqui, os autores destacam a importância das escolhas e ações individuais na formação dos resultados econômicos. Cada transação comercial é vista como o resultado de escolhas voluntárias e mutuamente benéficas. Nas negociações comerciais internacionais, a influência austriaca pode ser percebida na defesa dos direitos individuais de escolha. Isso pode se refletir em acordos que promovem a liberdade para empresas e consumidores escolherem seus parceiros de comércio sem interferência excessiva dos governos.

Por fim, a Teoria dos Ciclos Econômicos elaborada pela Escola Austriaca debruça-se em relacionar que intervenções na oferta de dinheiro e taxas de juros podem levar a flutuações econômicas. Isso pode influenciar a visão sobre a estabilidade econômica global. A abordagem austriaca sugere que manipulações excessivas nas condições monetárias podem afetar os fluxos comerciais e a estabilidade, destacando a importância da estabilidade financeira para o comércio internacional.

Agências Internacionais e regulação do mercado global

No âmbito do comércio internacional, é imperativo ressaltar o papel das agências presentes no regime capitalista contemporâneo para compreender a organização desse sistema. Nesse contexto, a transformação do sistema monetário e financeiro após a Segunda Guerra Mundial destaca-se, especialmente o período inicial de taxas fixas ajustáveis estabelecido em Bretton Woods (1944). Inicialmente, o controle sobre o capital estava centralizado nos Estados, com as moedas lastreadas em ouro. Entretanto, em 1971, durante o governo de Richard Nixon, o rompimento do padrão dólar-ouro marcou uma transição significativa, impulsionada pelo declínio do sistema de taxas fixas de Bretton Woods. A crise do petróleo em 1973 e a formação da OPEP estimularam a criação de um sistema financeiro internacional, visando facilitar transações e reduzir custos (Gilpin, 2001).

A desconexão do dólar do padrão ouro aumentou a autonomia dos Estados, mas também introduziu instabilidade. A integração do sistema monetário internacional tornou as políticas macroeconômicas interdependentes, com os fluxos financeiros influenciando as taxas de câmbio no curto prazo (Gilpin, 2001). Explorar a influência das crises financeiras no cenário global, destacando a persistência das características nacionais nas finanças, apesar da redução dessa tendência, é crucial para a compreensão do mercado global.

Crises como a do leste asiático em 1997, o colapso do mecanismo de regulação da moeda europeia em 1992 e 1993, e a crise do peso mexicano em 1994 e 1995, levaram à percepção da necessidade de mecanismos regulatórios para mitigar os impactos negativos nos mercados financeiros globais. A crise de 1997 teve início na Tailândia, revelando efeitos distributivos assimétricos da globalização. Enquanto os Estados Unidos resistiram a crises ao longo de três décadas, essa instabilidade pode solapar o desenvolvimento de economias menores, dependentes de capital estrangeiro para a realização de projetos nacionais (Gilpin, 2001).

Diante disso, os regimes teriam o papel de atenuar os impactos negativos em países pobres. Assim, a mobilidade plena de capital, defendida pelos EUA, revelou efeitos adversos em economias menores. Apesar de gerar instabilidade, a ausência de regulação também propicia o aumento da autonomia para criação das políticas macroeconômicas pelos Estados, embora haja maior interdependência entre eles.

Nesse ínterim, a pandemia de COVID-19 revelou um arrefecimento no sistema multilateral global e a legitimidade das agências internacionais para administrar momentos de intensa adversidade. Esse evento, somado à crise de 2008 e ao deslocamento do centro da economia mundial do ocidente para oriente, contribuem para a crise no multilateralismo. Isso fica refletido, por exemplo, no aumento de políticas protecionistas, estímulo ao nacionalismo e eleição de governos de direita e extrema direita no Sul e no Norte global (Lima e Albuquerque, 2021). Esse panorama vai de encontro com o princípio liberal de harmonia e possibilidade de cooperação espontânea no ambiente internacional.

Ou seja, a Escola Austríaca, com sua ênfase na não interferência nos ciclos econômicos, pode não oferecer ferramentas adequadas para lidar com crises financeiras e de outras ordens globais. Intervenções coordenadas entre governos e agências internacionais podem ser necessárias para evitar ou mitigar crises sistêmicas que impactam várias economias. A coordenação internacional é crucial para lidar com questões globais, como mudanças climáticas, pandemias e regulamentação financeira. Agências internacionais, acordos comerciais e fóruns

multilaterais desempenham um papel importante na resolução de problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Além disso, a Escola também advoga por regulamentação mínima no comércio internacional. No entanto, sem regulação, há o risco de práticas desleais por parte das empresas, como dumping (venda de produtos a preços artificialmente baixos) e subsídios excessivos, que podem distorcer o mercado internacional. Pode haver também o surgimento de monopólios e concentração excessiva de poder de mercado. Agências reguladoras nacionais e internacionais podem ser necessárias para evitar abusos de poder, garantir a concorrência e promover a eficiência do mercado.

Para além do aspecto econômico e do sistema financeiro internacional, a ausência de agências reguladoras e intervenção estatal causa distúrbios em outros prismas no cenário internacional, como no espectro de proteção de direitos trabalhistas e ambientais. A não intervenção estrita pode resultar em condições de trabalho precárias e práticas ambientais prejudiciais. Agências internacionais e regulamentações governamentais são necessárias para garantir que os direitos trabalhistas e as preocupações ambientais sejam respeitados em uma escala global, evitando uma "corrida para o fundo" em termos de padrões.

Conclusão

Portanto, é notória a amplitude de recursos analíticos para compreender a economia internacional. Embora a Escola Austríaca destaque os benefícios do livre mercado e da não intervenção governamental, os argumentos expostos neste trabalho destacam a necessidade de um equilíbrio, reconhecendo a importância de intervenções específicas para promover interesses mais amplos, como direitos humanos, estabilidade econômica e sustentabilidade, pois essa é uma discussão que se manifesta diante de crises econômicas, revelando a instabilidade e distribuição desigual dos fatores de produção, vantagens e desvantagens de um comércio auto regulado e preocupações ambientais e na garantia de qualidade de vida e direito aos trabalhadores.

Referências:

FEIJÓ, Ricardo. Economia e filosofia na escola austríaca. NBL Editora, 2000.

GILPIN, R. Global Political Economy: understanding the International Economic Order. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Ivan Tiago Machado Oliveira, Flávio Lyrio Carneiro, Edison Benedito da Silva Filho. Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento. Brasília, 2017. (p. 572 - 618) disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171011_cadeias_globais_cap14.pdf

Lima, Maria Regina Soares de. Albuquerque, Marianna. Instituições multilaterais e governança global: cenários de reorganização das estruturas de governança global e perspectivas do multilateralismo nas próximas décadas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/05/LIMA-MRS-e-ALBUQUERQUE-M-2021-Institui%C3%A7%C3%A3o-B5es-Multilaterais-Governan%C3%A7a-Global-Fiocruz-Saude-Amanha-TD059.pdf>

Moreira, Wallace. Teorias do comércio Internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Revista de Economia Política, ed.32. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/p69XDxbTMsP3v5xqMwskxCH/#>